

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Ata do Encontro Regional da CGJ – Biênio 2021-2022

Tema	Audiência Pública na Comarca de Caldas Novas-GO, abrangendo as Comarcas da 9ª Região (Caldas Novas, Corumbaíba, Catalão, Cumari, Goiandira, Ipameri, Orizona, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás).
Data e hora	30/09/2022 8h (Reunião Interna) e 14h30 horas (Audiência Pública)
Local	Momento híbrido/ on-line e presencial
Secretários	Kenedy Augusto Batista Pereira Mendes, Márcia Rabelo de Almeida, Maraisa Franco Ferreira e Vanessa Cristina Pereira Dias
Participantes da mesa diretora	<p>Reunião Interna com os Magistrados e Servidores</p> <p><u>Composição da mesa diretiva:</u> Dr. Marcus Vinícius Alves de Oliveira – 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça neste ato representando o Desembargador Nicomedes Domingos Borges Dr. Aldo Guilherme Saad Sabino – Juiz Auxiliar da Presidência neste ato representando o Presidente Dr. Carlos Alberto França Dr. Gustavo Assis Garcia – 1º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. Ricardo Silveira Dourado – 2º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dra. Vanessa da Silva Baruki – Diretora do Foro da Comarca de Caldas Novas Helenita Neves de Oliveira e Silva – Secretária-Geral da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. Vitor Umbelino Soares Júnior – Juiz de Direito e Vice Coordenador da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJGO Dra. Mariana de Queiroz – Juíza de Direito e Diretora Executiva dos Grupos Reflexivos no âmbito do Poder Judiciário Dr. Clécio Marquez – Diretor de Planejamento e Programas da Corregedoria-Geral da Justiça Sr. Bruno Faustino – Vice-Presidente do SINDJUSTIÇA Sr. Eleandro – Vice-Presidente do SINDOJUS</p> <p>Audiência Pública Externa</p> <p><u>Composição da mesa diretiva:</u></p>



**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

	<p>Desembargador Nicomedes Domingos Borges - Corregedor-Geral da Justiça Dr. Marcus Vinícius Alves de Oliveira – 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria e Presidente da Comissão Organizadora de Encontros Regionais Dr. Gustavo Assis Garcia – 1º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. Ricardo Silveira Dourado – 2º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. Marcos Vinícius Alves de Oliveira – 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dra. Vanessa da Silva Baruki – Diretora do Foro da Comarca de Caldas Novas-GO Dr. Clécio Marquez – Diretor de Planejamento e Programas da Corregedoria-Geral da Justiça Sr. Kleber Marra – Prefeito de Caldas Novas- GO Sr. Marinho Câmara – Presidente da Câmara Municipal de Caldas Novas-GO Sra. Ana Paula Lima de Oliveira Machado – Prefeita de Rio Quente-GO Sr. Wellnton Antônio de Souza – Câmara de Rio Quente-GO Dr. Luís Fernando Ferreira de Abreu – Representante do MP Dr. Cristhiano Meneses da Silva Kaire – Coordenador das Promotorias Dr. Kamilla de Oliveira Ferreira – Presidente da Oab Subseção Caldas Novas-GO Dra. Anelize Beber Rinaldi – Juíza da 2ª Vara Criminal de Caldas Novas-GO Dr. Flávio Pereira dos Santos – Juiz da 3ª Vara Criminal de Caldas Novas-GO Dra. Ana Tereza Waldemar da Silva – Juíza da 1ª Vara Cível de Caldas Novas-GO Dr. Thiago Luiz de Deus Costa Bentes – Juiz da 2ª e 3ª Vara Cível de Caldas Novas-GO Dr. Hugo Gutenberg Patino de Oliveira – Juiz de Vara de Família e Sucessões de Caldas Novas- GO Dr. Demétrio Mendes Ornelas Júnior – Juiz do Juizado Especial e Criminal de Caldas Novas- GO Sr. Rogério Virgílio de Rezende Tomé – Comandante do 26º BPM-PM Sr. Raimundo Coelho Pinto Júnior - Comandante do 19º CRPM-PM Dr. Rogério Moreira da Silva – Delegado da Polícia Civil de Caldas Novas-GO</p>
--	--



**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

	<p>Sr. José Aparecido Gerardi – Coordenador Regional da Polícia Técnico-Científica</p> <p>Sr. Wallisson dos Santos Sousa – Diretor da Unidade Prisional de Caldas Novas-GO</p> <p>Sr. José Cordeiro Rolim – Coordenador Regional Prisional</p> <p>Sr. Gilson Sabino – Comandante do 4º Batalhão de Polícia Militar Rodoviária</p> <p>Sr. Geraldo Pascoal Soares Neto – Comandante do Batalhão de Polícia Militar Ambiental</p> <p>Sr. Tiago Dias Coelho – Comandante do 7º Comando Regional de Bombeiro Militar</p> <p>Sr. Daniel Freire Pereira Batista – Comandante do 9º Batalhão de Bombeiro Militar</p> <p>Sr. Raphael Henrique da Silva Borges – Presidente do Conselho Tutelar Leste</p> <p>Sr. Higor Sebastião Godoy – Presidente do Conselho Tutelar Oeste</p> <p>Sr. Richard Breno Bonatelli – Superintendente da Secretaria Municipal de Mobilidade</p> <p>Sr. Cleydson Marques dos Santos – Presidente do CMDCA</p> <p>Sr. Maurício Vianna Tambellini – Gestor do SEMAD/PESCAN</p> <p>Sra. Abadia dos Reis Nascimento – Diretora da UFG</p> <p>Sra. Adriana Roveri das Neves – Coordenadora da UEG</p> <p>Sra. Alinne Duarte – Coordenadora Institucional da INTEGRA</p> <p>Sr. Iris Gonzaga de Menezes – Coordenador UNICALDAS</p> <p>Sr. Wanderlei Ferreira dos Santos – Presidente CDL</p> <p>Sr. José Francisco Almeida de Carvalho – Inspetor CREA -</p> <p>Sra. Paula Kaeli – Diretora/Presidente ACICAN</p> <p>Sr. Mauro Miguel Júnior – Gerente-Geral do SESC</p> <p>Sr. Jefferson Camargo – Gerente Adjunto do SESC</p> <p>Sra. fernanda Lobato de Paula – Gerente do SEBRAE</p> <p>Sra. Vanessa da Cunha Amaral – Gerente do SENAC</p> <p>Sr. Murilo Nobrega de Souza – Diretor da Vigilância Sanitária</p> <p>Sr. João Guimarães – Diretor do PROCON</p> <p>Sr. Aparecido Sparapani – Superintendente</p>
--	--



**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

	<p>Geral do Grupo di Roma Sra. Angélica Sparapani – Gerente-Geral do Grupo di Roma Sr. Gilmar Carrijo – Diretor do Grupo Privê Sr. Munir Calaça – Gerente de Relações Institucionais do Resort Rio Quente Sra. Jordana Neves Fernandes – Presidente Invisível Caldas Novas Sra. Ildener Dias Santana Veira, representada por Sr. Edson Antônio Barbosa e Sra. Wanessa Rocha – Instituto Por Amor Sra. Luciana Chaves Pimenta – Presidente da Associação Caudas Felizes Sra. Maria das Graças – Coordenadora do Projeto Peregrinos no Amor</p>
Participantes da plateia	Lista de Presença Anexa

PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO REGIONAL

Quarta-Feira (28/09/2022):

Cursos:

- Abertura Oficial do Encontro Regional
- Painel Jurídico com mediação do 3º Juiz Auxiliar da CGJG
- Gestão Aplicada das Unidades Judiciárias com a mediação do 3º Juiz Auxiliar da CGJGO
- Capacitação do CEJUSC
- Capacitação do SEEU
- Capacitação do PROAD Painel Ativacional com a DRH/TJGO
- Painel Ativacional com a DRH/TJGO

Quinta-Feira (29/09/2022):

- Capacitação PJD – Parte Geral (Criminal e Cível)
- Capacitação do Foro Extrajudicial 1
- Capacitação do Foro Judicial
- Capacitação da EJUG/TJGO: “Liderar é servir”
- Capacitação PJD Criminal





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

- Reunião com Cartorários do Serviço Extrajudicial

- Capacitação do Foro Extrajudicial 2

Sexta-Feira (30/09/2022):

Reuniões:

- Reunião Institucional da CGJGO com Servidores e Magistrados
- Reunião Reservada da CGJGO com Magistrados
- Audiência Pública com instituições da Comarca Polo de Anápolis

1. O 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria, Dr. Marcus Vinícius Alves de Oliveira, iniciou a reunião informando que o momento é de abertura para o diálogo, a fim de que os pleitos sejam analisados e as dúvidas sanadas.
2. Dr. Gustavo Assis Garcia, 1º Juiz Auxiliar da Corregedoria, enfatizou a importância do Encontro Regional, sendo esse o momento específico e propício para debates e críticas.
3. Dr. Ricardo Silveira Dourado, 2º Juiz Auxiliar da Corregedoria, informou que a Corregedoria está disponível para diálogo e em busca de soluções para problemas encontrados.
4. Dra. Vaneska da Silva Baruki, Diretora do Foro da Comarca de Caldas Novas, agradeceu o trabalho da Corregedoria, em especial nesta gestão, em razão da parceria, orientação, e construção conjunta e apresentou um vídeo acerca da revolução industrial, inteligência artificial.
5. Dr. Vitor Umbelino Soares Júnior, Juiz de Direito e Vice Coordenador da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência, após os cumprimentos, explanou a importância de eventos como o Encontro Regional, pois se trata de um programa que vem se firmando como um espaço de troca de ideias e experiência, onde se busca cada vez mais o aperfeiçoamento por uma atividade jurisdicional transparente, principalmente a qualidade do acesso à justiça.

O Vice Coordenador ressaltou as Resoluções do CNJ 128 e 254 do CNJ que determinaram algumas atribuições. Essa última trata de pontos importantes da Justiça pela Paz em Casa. Apresentou alguns projetos desenvolvidos pela Coordenadoria da Mulher, presidida pela Dra. Sandra Regina Teodoro Reis, como o projeto Educação e Justiça e Lei Maria da Penha na Escola, convidando os colegas para conhecerem a forma



**PODER JUDICIÁRIO**Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

- de trabalho. Mencionou acerca da instalação de projeto TJGO para cirurgias reparadoras, segundo o qual as mulheres em situação de violência doméstica terão cirurgias custeadas pelo SUS.
6. Foi apresentado um vídeo institucional das metas do Poder Judiciário em 2022, informando as Metas Nacionais 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11 e 12, que representam o compromisso dos tribunais com o aprimoramento do seu desempenho e o objetivo de entregar à sociedade um trabalho jurisdicional mais célere e efetivo. O vídeo pode ser acessado pelo site do Tribunal de Justiça Estado de Goiás.
 7. Dr. Altair Guerra da Costa, atual Juiz Substituto em Segundo Grau, agradeceu o convite para participar do evento e aos servidores da CGJ pela atuação. Destacou que com sua participação na Corregedoria, notou a tamanha importância do 1º grau de jurisdição.
 8. Bruno Faustino – Vice-Presidente do SINDJUSTIÇA, abriu os trabalhos falando sobre saúde laboral e qualidade de vida dos servidores nas funções do dia a dia. Relatou a necessidade no aperfeiçoamento da **Relotação** e o **Plano de Cargos de Salários** que sempre deve ser alterado, como também a **Majoração da Gratificação Judiciária**. Outros pontos destacados foram a necessidade de trazer uma melhor Gratificação aos Encarregados de Escrivania que recebem a **FEC-5**, que atualmente está totalmente defasada e a possibilidade de implementação da **Carga Horária de Trabalho de 6 Horas**. Informou que existe um PROAD em tramitação referente ao **Auxílio Saúde** e questionou se há novidade sobre a tramitação do mesmo. Solicitou abertura de cursos para aperfeiçoamento pela **EJUG** para os representantes sindicais e servidores. Informou sobre as **Eleições ao Cargo Diretivo** e lembrou sobre a necessidade da atualização cadastral dos sindicalizados, sendo que é preciso que o filiado entre no site do SINDJUSTIÇA até o dia 4/10 para realizar atualização dos dados para a votação no dia 14/10. Informou que o Órgão Especial aprovou no dia 28/09 a **Resolução de n.º 209**, que disciplina que, durante o plantão do recesso forense, não será necessário cumprir o expediente nos fóruns, pois não há necessidade de tratar de matérias presenciais que podem ser realizadas de qualquer local. Finalizou dizendo que o Tribunal de Justiça de Goiás é um Tribunal de destaque.
 9. Dr. Marcus Vinícius respondeu que em relação a Gratificação e a Carga Horária de 6 Horas, já existem PROADs tramitando em fase avançada. Parabenizou todos servidores pelo índice de produtividade alcançado.
 10. Dr. Aldo Guilherme Saad Sabino de Freitas, Juiz Auxiliar da Presidência, solicitado a se



**PODER JUDICIÁRIO**Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

manifestar, informou que o tema é da pasta da Dra. Sirlei que responderá as perguntas posteriormente.

11. Irismar Dantas informou que enfrentou dificuldade para validar a folha de pagamento desse mês, em razão do Banco Itau estar inoperante, mas que todos servidores receberão. A respeito do Auxílio Saúde, esclareceu que estão verificando a quantidade dos servidores, e fazendo os cálculos para averiguar o orçamento, mas que até o ano que vem é esperado um valor melhor para o Auxílio Saúde. Explanou que a questão da Gratificação é um pouco mais complicada, porém estão verificando qual será o real impacto no orçamento para realizarem o aumento, e para isso é necessário realizar simulações diretamente no sistema da folha. Informou que Plano de Cargos e Salários está na DF e é complexo, visto que o Estado está em regime de recuperação fiscal, estabelecido pela Lei complementar nº 156/2016 que estão analisando acerca do assunto.
12. Eleandro Alves Almeida, Presidente do SINDOJUSGO – Indagou sobre a atual situação da Central Eletrônica de Cumprimento de Mandado – CACE. Questionou sobre o pleito de Itumbiara quanto ao cumprimento dos alvarás de soltura na forma do revogado Provimento 26/2020, sob o argumento de que o art.42 da Resolução do Órgão Especial de n.º 52 mantém o seu cumprimento na forma digital. Pontuou que no momento do cumprimento do alvará de soltura, a pessoa presa não é liberada de imediato, na verdade há um procedimento interno dentro dos presídios, da forma que o encaminhamento via Malote Digital cumpre o mesmo fim. Dra. Vaneska da Silva completou dizendo que apesar do avanço da tecnologia, o Oficialato é sempre uma forma de comunicação humanizada com a sociedade.
13. Dr. Gustavo explicou que a questão dos alvarás de soltura foi tratada durante a semana, e a situação embora não mais esteja contemplada no Provimento 26/2020, está no art. 266 do Código de Normas e Procedimentos do Foro Judicial, o qual prevê expressamente o envio de alvará de soltura por malote digital para o sistema prisional, completou informando que expedirão uma orientação para dar celeridade ao cumprimento pelo malote.
14. Dr. Aldo informou que estão na 4ª etapa de implementação da Central Eletrônica. Será implantada em Formoso, Niquelândia, Porangatu. Explanou que o próximo passo será o planejamento para verificar a viabilidade de implantação nas Entrâncias Iniciais. Quanto às Entrâncias Intermediárias a implantação deverá ocorrer no começo do ano que vem.



**PODER JUDICIÁRIO**Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

15. Roberto, Oficial de Justiça da Comarca de Caldas Novas, questionou sobre o artigo 445C do Código de Normas e Procedimentos do Foro Judicial, que informa a necessidade de obter o “cumpra-se”, expressou que essa necessidade funcionará como um entrave, pois na prática os Oficiais acionavam a Polícia Militar, e a PM cumpria o mandado de imediato. No entanto, agora, de acordo com o artigo, para acionar a PM deve haver a validação da decisão judicial que foi proferida nos autos, pelo Diretor do Foro. Opinou que esse procedimento tumultuará a Diretoria do Foro e o cumprimento dos mandados pelos Oficiais.
16. Dr. Gustavo esclareceu que a previsão de submissão do mandado ao Diretor do Foro deve ficar circunscrita entre o termo de cooperação de Goiás e DF, e serve para que a Justiça de Goiás tenha conhecimento no caso de uso da força policial determinado pelo Juiz oriundo do DF, sendo que, nesses casos justifica-se a necessidade, mas não nos demais casos entre o mesmo Tribunal. Informou que será revista a orientação do Ofício Circular, pois a interpretação do Ofício precisa ser aperfeiçoada.
17. Ubiratan explicou que a questão nasceu de um Oficial de Justiça de Itumbiara, por ocasião do enfrentamento do tema utilizou-se a norma do artigo 445-D do Código de Normas e Procedimentos do Foro Judicial, ao analisar essa solicitação saiu essa interpretação que deveria ser submetida a análise a Diretoria do Foro local. Informou que o assunto se encontra tramitando no Proad de n. 360350, contudo a norma descrita no mencionado artigo é relacionada ao Termo de Cooperação entre os TJGO e TJDF, e deve ser aplicado apenas nesta circunscrição quando a norma for emanada de outro Tribunal.
18. Eleandro, Presidente do SINDOJUSGO, solicitou que a CGJ envie essa comunicação para os Oficiais de Justiça do DF, para que fique esclarecido entre os Juízes. É importante que as autorizações já venham no próprio mandado, para facilitar o trabalho do Oficial de Justiça. Solicitou que os Juízes entendam a necessidade de constar a informação no mandado para a celeridade no cumprimento.
19. Roberto, Oficial de Justiça da Comarca de Caldas Novas-GO, informou que o depositário Waldomiro e o Oficial Walter encontram-se próximos de aposentarem, e questionou sobre a substituição destes oficiais que faltarão.
20. Dra. Vaneska disse que também é uma preocupação da Diretoria do Foro. Que o Depósito precisava da presença do Depositário que estava atuando como Oficial quando estava cumprindo mandados. Esclarece que os Oficiais de Justiça são constantemente



**PODER JUDICIÁRIO**Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

- demandados, que a Comarca tem o segundo crescimento vertical do Estado de Goiás. Alegou que a Comarca tem uma demanda muito grande e que vai suportar a perda de 3 Oficiais de Justiça e, ainda, registrou sobre a expedição de apenas 1 (um) mandado para a avaliação de 20 (vinte) imóveis, o que inviabiliza o trabalho do meirinho.
21. Dr. Marcus Vinícius esclareceu que o regimento fiscal impede contratação. Que entende que a rotina da comarca é pesada e que a CGJ vê a dificuldade passada pelos Servidores e Magistrados.
22. Dr. Aldo explicou que a situação é um tema específico da pasta da Dra. Sirlei.
23. Eleandro sugeriu que a Corregedoria verifique a norma, pois um servidor externo não pode substituir um servidor interno. É preciso modificar esse artigo, para que seja um servidor interno. Esclareceu que pleitearão a relocação para as comarcas com mais demandas. Informou que existe um PROAD nº348353 referente ao concurso de Oficialato. Nele, pleiteiam a realização de concurso para que se tenha um quadro de reserva nos casos de aposentadoria, pois é preciso que o tribunal tenha essa válvula de escape.
24. Ubiratan informou que o provimento dos Oficiais é ato da administração pública. Na questão técnica de substituição, esclareceu que o art. 43 do Código de Normas e Procedimento do Foro Judicial regulamenta sobre eventuais substituições para que não haja prejuízo da atividade naquela falta específica.
- 25. Dr. Marcus Vinicius solicitou a abertura de um Proad para análise e estudos sobre a viabilidade da substituição dos depositários por outros servidores. (vide o art.43, inciso III e o §4º, ambos do CNPFJ, que possibilita a indicação de outro servidor que não seja oficial de justiça para substituição).**
26. Dra. Sirlei respondeu que em relação ao Plano de Cargos, o Presidente tinha autorizado que recomeçasse o estudo após a aprovação do Projeto de Lei que tratou da Carga Horária de 6h. Informou que foi instaurado o PROAD onde Fabrício apresentou as propostas que são mais urgentes e diante das sugestões foi encaminhado para a Diretoria Financeira, para averiguar o que é possível no momento. Com relação ao concurso para Oficiais de Justiça, foi realizado o pedido, mas ainda não sabe se será realizado por agora. Explanou que o mais importante é o equilíbrio entre os lugares que possuem mais demandas, entre os lugares que possuem menos demandas e entre os oficias que já têm no TJ, retirar de onde tem e inserir onde tem menos. Ao final, informou que questionará os Oficias que têm o interesse em permutar para resolver o problema.



**PODER JUDICIÁRIO**Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

27. Bruno Faustino questionou a Dra. Sirlei se há intenção em valorizar o colega que percebe apenas a FEC 5. Dra. Sirlei por sua vez disse que a FEC do Encarregado de Escrivania é baixa e tem projeto que transforma outros cargos e isso foi ponto de reunião com a Diretoria-Geral para ver o que é possível fazer, mas que só conseguiram acrescentar 6 cargos de DAE-7 para as UPJs. Esclareceu que o encarregado das UPJs só ganha FEC-6. Que somente foi possível fazer algumas alterações nos cargos existentes pela impossibilidade de criar em razão do regime de recuperação fiscal, mas que o Presidente está muito atento a situação. Informou que está sendo realizado um projeto com os adolescentes que foram vítimas de violência doméstica para realização da cirurgia plástica reparadora. Ressaltou que quem lembrar de alguém que se encaixe nessa situação, envie para a Coordenadoria da Mulher e que indiquem nos próximos dias, pois as cirurgias ocorrerão no começo do mês de novembro.
28. Júlio, encarregado da 3ª Vara Cível, esclareceu sobre a quantidade de ações que tramitam na Vara, solicitou que a CGJ voltasse os olhos para a realidade de Caldas Novas em relação ao número de imóveis que tem na Comarca e a quantidade de ações que envolvem o crescimento vertical. A respeito das metas do Judiciário, informou que a parametrização passa por duas situações, produtividade e qualidade, onde o que prepondera são números e não consegue se administrar a qualidade. Esclareceu que as situações em relação a qualidade do serviço devem ser analisadas. Explicou que o adoecimento dos servidores aumentou e que o pleito é olhar pela saúde do servidor e também do juiz.
29. Dra. Vaneska pontuou que o que tem se visto em Caldas Novas são servidores acometidos por problemas de saúde mental que acabam refletindo no físico. Na equipe multidisciplinar de psicólogos uma psicóloga também está afetada por problemas emocionais e psicológicos. Pleiteou o reforço do Tribunal de Justiça em relação a questão da saúde mental, para que procure novas iniciativas no trato dos servidores e magistrados.
30. Júlia, psicóloga da equipe interprofissional, mencionou sobre a hiperconectividade, bem como sobre o adoecimento dos servidores em função da carga de trabalho. Explicou que o serviço da equipe interdisciplinar é totalmente manual, e não há nenhuma possibilidade de informatização. A Dra. Vaneska informou que reuniu com as psicólogas do Tribunal e foi informada que a especificação de pedidos por parte dos magistrados demandantes pode trazer uma maior efetividade. Dr. Gustavo pontuou que falta de profissionais nesta



**PODER JUDICIÁRIO**Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

área é recorrente em todo o estado. Como medidas paliativas informou que foram expedidos ofícios circulares sobre as orientações de utilização do Banco de Peritos da Corregedoria e da especificação nos pedidos de estudos psicossociais. Explicou ainda sobre a elaboração de um manual de perícia para subsidiar as equipes interdisciplinares, além das perícias realizadas por peritos nomeados.

DELIBERAÇÕES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

1. Após os cumprimentos oficiais, Dr. Marcus Vinícius, 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria, registrou a receptividade da Corregedoria para receber críticas e sugestões em busca da melhoria do Poder Judiciário, seguido dos breves cumprimentos feitos pelo Dr. Gustavo Assis Garcia.
2. Desembargador Nicomedes ressaltou que o objetivo dessa Audiência Pública é ouvir as demandas da sociedade em relação ao Poder Judiciário e buscar soluções.
3. Dr. Gustavo Assis Garcia, 1º Juiz Auxiliar da Corregedoria, enfatizou a importância do Encontro Regional, sendo esse o momento específico e propício para debates e críticas.
4. Dr. Ricardo Silveira Dourado, 2º Juiz Auxiliar da Corregedoria, informou que a Corregedoria está disponível para o diálogo e em busca de soluções para problemas encontrados.
5. Dra. Vaneska Baruki apresentou um relatório estatístico do acervo da Comarca, informou que a Comarca recebe o auxílio do NAC, NAJ, CACE, CCARV, CEAJE (em tramitação). Quanto ao Rio Quente foi aberto um posto avançado, com ponto de apoio para todos os jurisdicionados não sendo necessário o deslocamento Rio Quente a Caldas Novas. Fizeram uma parceria com a faculdade Integra e abriram um núcleo de práticas jurídicas, para atendimento em Rio Quente, sem a necessidade de deslocamento. Fecharam convênio com a prefeitura com três profissionais multidisciplinares em Caldas Novas e com dois Assistentes Sociais e uma psicóloga em Rio Quente. Informou que foram realizadas parcerias com os CEJUSCs, Fórum, Procon Municipal, Execução Fiscal Municipal e Faculdade Integra. Foi instituído o descarte documental por meio do PROAD nº 170334 e implantadas ações sociais realizadas com recursos da conta oficial de penas



**PODER JUDICIÁRIO**Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

pecuniárias, ações sociais como casamento comunitário (30 casais aptos para o casamento) e também campanha de doação de brinquedos para crianças carentes do município (quem quiser colaborar há uma caixa no fórum de Caldas Novas). Ao fim agradeceu o trabalho do Tribunal de Justiça.

6. Kelber Marra, Prefeito de Caldas Novas, iniciou dando boas-vindas a todos os membros da Corregedoria e cumprimentou todo público presente, lembrando da importância da Reunião para toda comunidade. Rememorou a solicitação do aumento das varas na Comarca de Goiânia quando advogou, que, na época, haviam 64 mil processos em tramitação. Parabenizou o Tribunal de Justiça pela nova gestão e pelo andamento dos processos.
7. Dr. Cristiano Meneses, Coordenador das Promotorias de Justiça de Caldas Novas, cumprimentou todos presentes e elogiou a Corregedoria da Justiça pela iniciativa. Esclareceu que Caldas Novas continua a crescer e é importante olhar a situação dos crimes cometidos pelos turistas. **Sugeriu a realização de um estudo com vistas a criação de uma Vara de Violência Doméstica e uma Vara Cível.** Alegou ser desproporcional a quantidade de juízes na Comarca, e solicitou que seja revista a situação de Comarcas que possuem menos processos e mais Juízes e das Comarcas que possuem mais processos e menos Juízes (como é o caso da Comarca em questão). Ao final agradeceu todos os servidores do TJGO.
8. Dr. Marcus Vinicius informou que estão vivendo um regime de recuperação fiscal o que impede a criação de novas varas, **solicitou anotação em ata para que a Presidência seja cientificada do pedido de criação de nova Vara de Violência Doméstica e mais uma Vara Cível para a Comarca.**
9. Dra. Camila de Oliveira Ferreira, Presidente da OAB da Subseção de Caldas Novas, na condição de porta-voz da advocacia da 9ª Região, explanou sobre o descontentamento na demora da prestação jurisdicional e apontou as seguintes considerações:
 - **Vara de Família de Caldas Novas:** Demora na intimação das testemunhas, na expedição de ofícios e na apreciação de liminares;
 - **Juizado de Caldas Novas:** Demora na expedição de ofícios;
 - **2ª Vara Cível de Caldas Novas:** Inacessibilidade de despachar com o magistrado da 2ª Vara Cível;
 - **Junta Multidisciplinar:** Deficit de profissionais na equipe Interdisciplinar da Região. Solicitou ao Tribunal urgência na efetivação no provimento dos cargos da equipe que



**PODER JUDICIÁRIO**Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

estão vagos;

- **Comarca de Corumbaíba:** Não cumprimento dos processos da Vara de Família, inclusive liminares. Ausência na resposta dos e-mails. Agradeceu e elogiou o Juiz respondente, Dr Flávio, pela presteza em criar um e-mail exclusivo para advogados e na melhora da tramitação dos processos após a sua chegada; e
- **Ressaltou a necessidade de uma Vara de Violência Doméstica em Caldas Novas.**

10. Dr. Marcus Vinícius respondeu que em relação a morosidade da prestação jurisdicional em razão do deficit de servidores e juízes, informou novamente sobre o regime de recuperação fiscal, pois estão impedidos de realizar a contratação, porém possuem alternativas como os estagiários de pós-graduação para complementar o trabalho. **Solicitou o encaminhamento do pleito da criação de uma Vara de Violência Doméstica para que a Presidência possa averiguar a possibilidade. Com relação ao andamento dos processos, solicitou que a advogada encaminhe alguns processos como exemplo, para que seja verificado com os Juízes o que pode ter ocorrido. Quanto as liminares de Corumbaíba, solicitou que informe o caso concreto para contato com o Juiz.**

11. Dr. Gustavo Assis explicou que a região é vasta e a equipe multiprofissional é pouca para o cumprimento de todas as demandas. Explicou que infelizmente não é somente essa região que está sofrendo com a falta de servidores na equipe multiprofissional e no momento não existe a possibilidade de provimento dos cargos. Explicou que a solução é paliativa, e deve contar com o apoio inclusive dos Municípios (como está ocorrendo em Caldas Novas, demonstrado pela Dra. Vaneska), e também que usem o banco de peritos para essa complementação. Informou que estão negociando a relocação de uma servidora para a região.

12. Márcia Rabelo Assessora Auxiliar responsável pelo SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário), acrescentou via *chat*: “Dr. Marcus, eu gostaria de ressaltar que 70% das reclamações que recebemos no Serviço de Atendimento ao Usuário da Corregedoria, relacionadas a demora na análise de pedido LIMINAR, quando são verificados nos autos, não foram autuados com prioridade LIMINAR. Sendo oportuno alertar aos Advogados a observarem a necessidade de se atentarem no momento da autuação quanto a prioridade LIMINAR.”

13. Alisson dos Santos Souza, Diretor da Unidade Prisional de Caldas Novas, agradeceu todo apoio do Judiciário da Comarca de Caldas Novas na pessoa da Dra. Vaneska, que auxilia



**PODER JUDICIÁRIO**Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

- nas demandas estruturais, físicas e jurídicas. E deixou a Polícia Penal à disposição.
14. Lorena, Presidente da ONG Caudas Felizes - Foco na castração de animais da cidade – Explicou a situação que vive a Cidade de Caldas Novas com a quantidade de animais nas ruas. Agradeceu a Dra. Vaneska por ter auxiliado em uma doação que foi realizada para a ONG, mas explicou que o problema é muito maior, a ONG necessita castrar pelo menos 3.000 animais por ano para erradicar o problema. Informou que não possui o apoio da Polícia e em um caso específico também não teve o apoio do Ministério Público. Solicitou a parceria dos órgãos, como também da Prefeitura. Convidou todos a apoiarem a causa e agradeceu todos que já apoiam.
 15. O Prefeito, Kleber Marra esclareceu que já foram castrados 2.000 animais e até 2024 a previsão é de 6.000 animais. Solicitou que a ONG entre em contato com a Prefeitura para reunir e buscar uma solução para o problema.
 16. Dr Breno, Presidente da Subseção OAB Itumbiara, expressou seu contentamento com a relação do Judiciário e OAB. Sugeriu que as vagas de estacionamento sejam liberadas para os advogados, assim como acontece na comarca de Itumbiara.
 17. Dra. Vaneska da Silva, esclareceu que em que pese a placa, todos podem estacionar nas vagas e explicou que o estacionamento ainda está com as placas pois estão implementando a entrada eletrônica para servidores e advogados.
 18. Sra. Jordana, Presidente da ONG voltada a criança e ao adolescente, agradeceu a Dra. Vaneska pela ajuda fornecida através prestações pecuniárias e o Prefeito que enviou verba para construir o galpão.
 19. **Dr. Jean Pierre atual, advogado e coordenador do curso de Direito da Faculdade de Caldas, agradeceu a prestatividade dos Juizes da Comarca, principalmente dos Juizes das Vara Criminais (Vara 1, 2 e 3). No entanto, conclamou que estão enfrentando algumas dificuldades com as Varas Cíveis, com relação a morosidade na prestação jurisdicional e com a dificuldade em despachar com os Juizes que trabalham em *home office*, exemplificou o Juizado Especial em que o gabinete encontra-se fechado. Ao final, informou que a advocacia de Caldas Novas necessita ser atendida pelos Juizes cíveis, além de uma rápida prestação jurisdicional.**
 20. **O Desembargador Nicomedes Domingos Borges respondeu que em uma reunião reservada com os Magistrados levou a eles a preocupação dos Juizes não estarem na Comarca. Ressaltou que a Corregedoria não admitirá essa situação, tão menos o Corregedor Nacional. Explanou que a recomendação feita na reunião com os**



**PODER JUDICIÁRIO**Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Magistrados é que o advogado que procure o magistrado deve ser atendido, inclusive de forma online, o juiz deve atender o advogado. Explicou que o Juiz com eventual autorização para residir fora da Comarca, mas não significa abandonar a comarca.

21. Dr. Ricardo Dourado explanou sobre a experiência que ocorreu em Itumbiara referente às reclamações das Varas Cíveis. Explicou que os colegas entraram em acordo e ficaram duas Varas Cíveis e uma Vara de Fazenda Pública. A especialização resolveu o problema. Sugeriu que conversem com os três Juizes das Varas, pois em Caldas Novas parece ser a mesma situação vivida em Itumbiara e que pode ser uma solução para a Comarca.
22. **Dra. Vaneska da Silva informou que a magistrada da 1ª Vara Cível encontra-se de licença maternidade. Já o magistrado da 2ª Vara Cível está em gozo de férias regulamentares. Por último, a 3ª Vara Cível encontra-se vaga, tendo sido provida nesta data, na Sessão do Órgão Especial na manhã de hoje. Explicou que entende a insatisfação da advocacia, mas a realidade vivenciada na Comarca é difícil.**
23. Dra. Ireni Lafaiete, Advogada na comarca de Caldas Novas, informou sobre a Lei 14382/22 que alterou a Lei do Registros Públicos que viabilizou a adjudicação compulsória de um lote diretamente no Cartório. Alegou que vários imóveis estão sendo vendidos por instrumentos particulares, e por vezes alguns dos proprietários falecem ou as incorporadoras se extinguem, que geram demandas judiciais sobre os imóveis. **Reclamou sobre o bloqueio realizado de ofício pelo Cartório na matrícula do loteamento Águas da Serra. Reclamou que o cartório não está na Zona Urbana, além da falta de acessibilidade e de atendimento no Cartório de Rio Quente.**
24. Dr. Ricardo Dourado respondeu que em relação a Vara em Rio Quente, recentemente foi inaugurado um posto avançado e que no momento é impossível a criação de Varas pela questão do regime de recuperação fiscal, e que a solução para o momento foi a abertura do posto avançado. Dra. Vaneska completou informando que desde a inauguração do posto avançado somente 27 demandas foram propostas via posto avançado; sendo assim, os números não justificam a criação da Vara em Rio Quente. Quanto ao cartório de Rio Quente, Dr. Ricardo informou que está sob intervenção há muito tempo e que o Corregedor solicitou urgência na demanda para que resolva de maneira definitiva. **Dr Marcus solicitou constar em ata a fim de que a CGJ tome as medidas necessárias para providenciar a acessibilidade no Cartório de Rio Quente, que verifique se o cartório não está instalado na sede do Município e apure a questão do bloqueio da**



**PODER JUDICIÁRIO**Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

matrícula do Condomínio Águas da Serra em Rio Quente. Explicou que foram pegos de surpresa com a publicação da Lei nº 14.282 de 2022, e que estão realizados estudos, mas grande parte são atribuições que o CNJ deve normatizar.

25. Adv. Dra. Camila alegou que advogados estão com dificuldade de acesso ao Cartório quanto a adjudicação compulsória e a OAB ficou de apurar a questão junto ao Cartório.
26. Dr. Samuel Caldeira, Associação Caldeira Lar Batista, agradeceu o apoio da Dra. Vaneska nos trabalhos sociais.
27. Cleidson, do Conselho da Criança e do Adolescente, arguiu sobre a dificuldade nas políticas públicas e solicitou proximidade dos poderes nas fiscalizações que são realizadas dentro do Município, especialmente na realização de uma reunião semestral para acompanhamento das ações. Informou sobre a concessão indiscriminada do caráter de utilidade pública por parte do Poder Legislativo Municipal.
28. Edson Barbosa, Diretor do Instituto por Amor, que atua no amparo das pessoas portadoras de Câncer, e agradeceu o apoio.
29. Dr. Renan, advogado da Comarca de Caldas Novas, elogiou o atendimento de todos os colaboradores, servidores e magistrados, assim como os Cartorários. Arguiu sobre os gargalos vivenciados na Comarca, especialmente com relação ao volume de processos distribuídos e a quantidade de Varas. Mencionou sobre a situação do Juizado, além da quantidade de processos da 3º Vara Cível, que foi bem trabalhada pelo juiz antecessor, Dr. Bruno Leopoldo. Finalizou que é humanamente impossível um magistrado dar conta da quantidade de processos distribuídos, e que é necessário a realização de um estudo
30. Desembargador Nicomedes esclareceu que as discussões foram interessantes e enriqueceu a CGJ e que medidas serão tomadas acerca das reclamações efetuadas. Esclareceu à Dra. Ireni que, quanto a instalação de comarca o Judiciário está caminhando no sentido contrário, de desinstalar comarcas. Explicou que quando desinstala uma comarca pequena elas são levadas para comarcas que necessitam de mais Varas, ou seja, são criadas varas e comarcas que estão deficitárias, que isso é uma questão de gestão. Ao fim, esclareceu que estão buscando soluções alternativas em decorrência da lei de recuperação fiscal.
31. Audiência Pública encerrada às 17h38.

ASSINATURAS

Desembargador Nicomedes Domingos Borges
Corregedor-Geral da Justiça





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Dr. Marcus Vinícius Alves de Oliveira
3º Juiz Auxiliar da Corregedoria

Clécio Silva Marquez
Diretor da Diretoria de Planejamentos e Programas da CGJ

Kenedy Augusto Batista Pereira Mendes
Membro da Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Maraisa Franco Ferreira
Assessora do 3º Juiz Auxiliar da CGJ



ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 589135905268 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202210000364911

Marcus Vinícius Alves de Oliveira

JUIZ DE DIREITO

3º JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA.

Assinatura CONFIRMADA em 14/10/2022 às 16:40

CLECIO SILVA MARQUEZ

DIRETOR(A) DE ÁREA

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAS DA CGJ

Assinatura CONFIRMADA em 14/10/2022 às 16:22

NICOMEDES DOMINGOS BORGES

CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Assinatura CONFIRMADA em 14/10/2022 às 15:09

KENEDY AUGUSTO BATISTA PEREIRA MENDES

ESCREVENTE JUDICIÁRIO II

ASSESSORIA CORREICIONAL DA CGJ

Assinatura CONFIRMADA em 14/10/2022 às 15:04

